



O pragmatismo filosófico no conhecimento administrativo e na formação do administrador

Philosophical pragmatism in administrative knowledge and in the formation of the administrator

Fabrizio Meller-da-Silva¹
Cláudio Aurélio Hernandes²
Mauricio João Atamanczuk³

Resumo

Este ensaio tem por objetivo fazer uma análise epistemológica da Administração enquanto conjunto organizado de conhecimentos e da formação de administradores no contexto dessa Ciência. Assim, o trabalho está dividido em três partes: na primeira são apresentados argumentos acerca da teoria do conhecimento, na segunda, discute-se a trajetória da formação da Administração como área de conhecimento e na terceira aborda-se o ensino da Administração em cursos superiores de graduação considerando a proposição de posicionamento epistemológico do conhecimento administrativo e abordado uma ferramenta de ensino-aprendizagem: o método do caso, como um mecanismo do instrumento pragmatista. Deste modo, concluiu-se que o pragmatismo é a parte mais evidente e marcante da identidade desse campo de conhecimento. Embora haja críticas quanto à atuação de administradores e organizações no que concerne a práticas dissociadas do bem comum, esses se alinham com a proposta inicial da Administração: resolver problemas organizacionais práticos; apesar da tentativa de legitimação de novas abordagens em substituição à unidimensionalidade do

¹ Doutor em Administração, Professor pelo Programa de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, Zona 7, Maringá - PR, CEP: 87020-900. E-mail: fmsilva@uem.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8421-5436>

² Doutor em Administração, Centro Universitário Internacional Uninter, Av. Advogado Horácio Raccanello Filho, 5475, Zona 01, Maringá - PR, CEP: 87020-035. E-mail: claudioah@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7314-9795>

³ Doutor em Administração pela Universidade Positivo, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), R. Salvatore Renna, 875, Santa Cruz, Guarapuava - PR, CEP: 85015-430. E-mail: matamanczuk@unicentro.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8670-7282>

mercado, como de Guerreiro Ramos, ainda os princípios pragmatistas se configuram como paradigma predominante na Ciência da Administração.

Palavras-chaves: Pragmatismo. Formação do Administrador. Ciência da Administração.

Abstract

This essay aims to make an epistemological analysis of Administration as an organized set of knowledge and of the education of administrators in the context of this Science. Thus, the paper is divided into three parts: the first part presents arguments about the theory of knowledge, the second discusses the history of the formation of Administration as an area of knowledge, and the third part discusses the teaching of Administration in undergraduate courses considering the proposition of epistemological positioning of administrative knowledge and approaching a teaching-learning tool: the case method, as a mechanism of the pragmatist instrument. Thus, it was concluded that pragmatism is the most evident and striking part of the identity of this field of knowledge. Although there is criticism regarding the performance of administrators and organizations regarding practices dissociated from the common good, these are aligned with the initial proposal of Administration: to solve practical organizational problems; despite the attempt to legitimize new approaches to replace the unidimensionality of the market, as by Guerreiro Ramos, the pragmatist principles are still configured as the predominant paradigm in the Science of Administration.

Keywords: Pragmatism. Managerial Training. Administration Science.

Introdução

Chamamos de ciência um conjunto organizado de conhecimento acerca de determinados fenômenos. A noção de ciência nos remete à criação de conhecimento fazendo parte desse contexto a descoberta, a comunicação, à legitimação e ao próprio conceito de verdade. Assim, a ciência é indissociável da filosofia, uma vez que o conhecimento é um conceito construído, compartilhado e aceito sob determinados parâmetros.

As Ciências Sociais se propõem a estudar um objeto mais flexível do que outras áreas científicas. Nota-se que os métodos e processos da pesquisa na Ciências Sociais Aplicadas são bastante diversificadas; logo, pesquisadores das Ciências Naturais e Exatas chegam a afirmar que as Ciências Sociais não se configuram uma ciência, visto que aquelas conseguem construir leis que explicam o seu objeto de estudo.

Contudo, tal perspectiva está mal abordada. As leis “*são enunciados da rotina, da falta de imaginação, da monotonia, do eterno retorno, da igualdade, dos objetos*” (ALVES, 2000. p. 104). Portanto, a rigidez de uma ciência é diretamente proporcional à rotina do seu objeto de estudo e não de sua metodologia, apenas. Para Ciências Naturais o átomo é igual no Brasil, como em qualquer outro local do mundo. Já nas Ciências Sociais Aplicadas, é notório a diferença cultural de organizações e de técnicas gerenciais dentro de um mesmo bairro em um município.

Assim sendo, à medida que a sociedade se torna mais complexa e flexível, à medida que as relações pessoais se alteram, à medida que emergimos de um mundo físico-químico para um mundo biológico de vida (animais de todos os tipos e espécies) e, posteriormente, para um mundo de vida humana com linguagem, poemas, religião, revoluções, racionalismo e experimentações, se percebe a individualidade e a possibilidade de variações desses objetos de investigação empírica (ALVES, 2000). Isso torna a pesquisa científica, na Ciências Sociais Aplicadas, muito mais “*hard*” quanto ao estabelecimento de leis universais e rigorosas que representam os comportamentos individuais ou organizacionais. Logo, o desafio está na natureza do objeto e sua análise ou compreensão e não nas teorias ou nos métodos de investigação.

Assim, na comunidade científica, quanto mais homogêneo e planejado for a ciência, tanto mais previsível e cognoscível ela será. E nas Ciências Sociais Aplicadas há uma forte flexibilidade no seu objeto de estudo (pessoas e instituições). Todavia, mesmo nessa ciência é possível encontrar modelos ou teorias que tentem explicar certos “padrões”, próximos às leis, a fim de entender ou prever alguns hábitos comportamentais de uma classe de indivíduos. Pois, se houver conhecimento desses padrões é possível desenvolver situações de controle e manipulação de grupos.

Sendo mais específico, o que é a Administração e seu surgimento? Taylor, eficiência, função produção são termos que nos remetem a explicar, fundamentalmente o que era Administração na origem, a qual, posteriormente teve seu escopo ampliado.

A administração tem sido defendida como ciência há pelo menos um século quando engenheiros começaram a deparar-se com problemas que estavam além das questões técnicas. Tais problemas envolviam a tomada de decisões sobre pessoas, processos e outros fatores que exigiam coordenação e controle para que os resultados esperados fossem atingidos. Taylor (1970) e Fayol (1994) são normalmente os mais lembrados como precursores da Administração. Embora outros nomes também sejam citados pela história, coube ao

americano Taylor e ao francês Fayol⁴ os maiores méritos pelo início da sistematização dos conhecimentos necessários ao aumento da eficiência organizacional, que gradativamente voltou-se ao aumento da eficácia, efetividade e da vantagem competitiva, mais recentemente.

É recorrente, entretanto, que a Administração seja tida como algo que remonta a antiguidade, como, por exemplo, durante a construção das pirâmides do Egito ou na gestão de sociedades complexas como a romana. Não obstante a isso, o conceito da Administração como ciência é fruto do desenvolvimento industrial ocorrido a partir do século XVIII. Foi a Revolução Industrial (HOBSBAWM, 2000), que por um lado, possibilitou o surgimento de grandes complexos industriais como também gerou demanda para eles.

Nesse sentido, a Administração como ciência nasceu vinculada ao conceito de organização industrial inserida em um contexto capitalista. Dito de outra forma, esta ciência tem, desde seu surgimento, uma forte vinculação com a produção de bens ou serviços e geração de capital. Portanto, este simples fato pode auxiliar no entendimento do posicionamento atual dessa ciência diante do contexto social bem como, do posicionamento dos críticos que a ela se remetem.

Além disso, conforme aponta Guerreiro Ramos, o surgimento da Administração está relacionado ao controle, a coesão de um grupo de “elite” pensante e gestora sobre um grupo de liderados e subalternos. Portanto, a ciência da Administração vem para referendar o “domínio” de um grupo sobre o outro, evitando, desta forma, a emancipação social, política e econômica de muitos indivíduos inseridos em suas empresas. Assim, epistemologicamente falando, a escola do pragmatismo tem contribuído para corroborar tal situação, gerando influências diretas sobre o método de ensino na formação profissional do Administrador.

Portanto, a comunidade científica se potencializa nesse escopo de atuação; almejando resultados na relação entre o conhecimento, o método prático e o controle. Nesse contexto o objetivo desse *paper* é (re)pensar a aplicabilidade da Ciência da Administração sob a perspectiva da escola filosófica do pragmatismo. Para isso, abordar-se-á sobre uma taxonomia epistemológica da administração na formação do profissional de Administração, mas antes comentar-se-á sobre a Epistemologia da Administração e a formação do Administrador.

Ciência e Epistemologia

Nessa seção apresentam-se algumas correntes filosóficas e epistemológicas presentes tanto nos estudos em Administração com na ciência de um modo geral.

⁴ Henri Fayol era, de fato, nascido em Istambul, capital da Turquia.

Em sua relação com o mundo, o homem dotado de razão procura estabelecer relações que façam sentido entre as coisas que compreende e aquelas que não compreende. A busca pelo sentido e pela compreensão remontam a antiguidade e talvez sejam a principal razão do nascimento daquilo que conhecemos por ciência. Inicialmente necessária para a própria sobrevivência, a ciência hoje é responsável também pela forma como compreendemos boa parte das coisas que estão ao nosso redor. A explicação científica é, em última análise, a resposta final para muitas das demandas ou dilemas da humanidade.

Mas a ciência foi construída e reconstruída em determinados contextos históricos e espaciais. É importante pensar nas dimensões espaço-temporais, pois eles muitas vezes determinaram os rumos da ciência. Basta lembrar que não faz muito tempo que a negação de Deus era um caminho seguro para a “fogueira” e em outras situações a “não negação de Deus” é motivo para a “fogueira” também.

A negação foi, entretanto, uma das ferramentas utilizadas por Descartes (1996) para o acesso ao conhecimento verdadeiro, ou seja, o conhecimento que de fato traduz ao sujeito (aquele que conhece) as qualidades ou características de um determinado objeto (aquilo que é conhecido). Sócrates utilizou-se desse método, mas foi por meio do método cartesiano que o acesso ao conhecimento, considerando um processo sistematizado de questionamento e refutação, iniciou o desenvolvimento da ciência moderna. Estabeleceu-se, dessa forma, a relação clara entre sujeito e objeto. Essa relação para Descartes estabelece-se por meio da razão e não por meio da percepção. Para ele não podemos confiar nas percepções, uma vez que nossos sentidos são limitados. Ao passo que o método proposto por Descartes se legitima como ferramenta de acesso à verdade, o **racionalismo** ganhou o *status* como posicionamento científico.

Não obstante o método cartesiano ainda que esteja na base do conhecimento científico moderno, foi questionado por Hume (2005) e Locke (1999). Esses autores defenderam o **empirismo** como forma de acesso ao real. Locke rejeitava a doutrina das ideias inatas e afirmava que todas as nossas ideias tinham origem no que era percebido pelos sentidos. Apenas após a percepção de algo se pode racionalizar sobre esse algo. Ele sustentou que nascemos sem ideias inatas e que o conhecimento é determinado apenas pela experiência derivada da percepção dos sentidos.

Kant (1980) fez críticas aos empiristas ao defender que o conhecimento se forma a partir da experiência, mas há uma estrutura racional que permite que essa experiência seja registrada, avaliada, conectada a outras ou a formas de pensamento. O **criticismo** de Kant consegue a junção de princípios racionalista e empiristas por meio da síntese kantiana. O conhecimento humano, sob a concepção kantiana, é possível pela produção dos objetos e estes

são determinados como formas e funções *a priori* da consciência – são formas de pensamento, determinações do pensamento.

Tanto a razão quanto a experiência partem do sujeito para explicar algum objeto de modo que fica clara a distinção entre um e outro. Mas como aponta Heseen (2003) o conhecimento pode ser visto como relativo àquele que conhece. O **subjativismo** defende que toda verdade é relativa ao sujeito, restringe a validade da verdade ao indivíduo que conhece e julga, seja sujeito individual (indivíduo humano) ou sujeito genérico (gênero humano). O subjetivista atribui validade universal a seu juízo, pois ele não aceita a existência de uma validade universal. Em sentido oposto o **objetivismo** crê na verdade independente do sujeito. O objeto determina o sujeito, este se ajusta àquele. Nesta perspectiva os objetos são dados e, diante da consciência que conhece, o sujeito os incorpora. O objeto passa a existir duplamente, enquanto real e enquanto pensamento. As ideias são realidades objetivamente dadas.

Pragmatismo

O empirismo associado ao objetivismo e ao racionalismo está presentes no **pragmatismo**. Pode-se considerar como um empirismo mais radical, que se afasta das abstrações e razões *a priori*, voltado para o prático, para as coisas concretas, para os fatos, para a ação e para o poder. Segundo o pensamento pragmático, devemos considerar apenas os efeitos práticos que o objeto pode envolver. Não há nenhum sentido senão o prático. O que importa no mundo dos negócios é o lucro que uma transação pode dar, esse é o efeito prático, não as motivações pessoais para a transação.

Deste modo, dentre diversas linhas epistemológicas existentes como o positivismo, o pragmatismo, o funcionalismo, o estruturalismo, a fenomenologia, o materialismo histórico, o estruturacionismo, o construtivismo e outros, buscou-se dar ênfase ao pragmatismo como escola de construção do conhecimento, pois é uma linha com fortes evidências na Ciência da Administração e, por consequência, na formação do Administrador.

A popularização do pragmatismo se deu pela atuação de William James, com suas célebres conferências publicadas sob o título de “Pragmatismo”. De família influente e rica, estabelecida em Nova Iorque, James teve uma formação intelectual acentuada. Também seu irmão, Henry James, foi um dos relevantes escritos da literatura norte-americana (SOUZA, 2010). Todavia, o próprio William James reconhece que foi Charles Peirce o primeiro a utilizar a expressão “pragmaticismo”, pois ele procurou se distanciar dos demais pragmatistas. Comenta o filósofo sobre a nova filosofia:

O termo deriva da mesma palavra grega “pragma”, que significa ação, do qual vêm as nossas palavras: prática e prático. Foi introduzido pela primeira vez em filosofia por Charles Peirce, em 1878, em um artigo intitulado “Como tornar claras nossas idéias”, publicado no “Popular Science Monthly”, de Janeiro daquele ano (JAMES, 1979, p. 10.)

A escola pragmatista surgiu nos Estados Unidos no final do século XIX, no período pós-guerra civil americana, mais precisamente em 1870 quando um grupo de pensadores de Cambridge, Massachusetts, se reunia para discutir filosofia. Esse período foi um momento de desenvolvimento e fortalecimento do capitalismo industrial. Também é importante enfatizar a relação próxima entre Estados Unidos e Inglaterra devido a sua colonização. Existe uma semelhança cultural entre ambos.

Isso explica, de certa maneira, a proximidade existente entre o pragmatismo norte-americano de John Dewey (1859-1952), William James (1842-1910) e Charles Sanders Peirce (1839-1914) e o empirismo inglês de Bacon (1561- 1626), John Locke (1632-1704) e David Hume (1711-1776), pois é justamente nestes, que se configuram as raízes e origens epistemológicas da filosofia de Dewey, James e Peirce, apesar de a abordagem do pragmatismo criticar o empirismo “puro”.

Gradativamente o pragmatismo ganhou adeptos em outras partes do mundo, tendo representantes em vários países. Além dos pensadores estadunidenses, na Inglaterra através de F. C. S. Schiller (1864-1937), filósofo que após temporada na Universidade de Cornell, nos Estados Unidos, retornou à Inglaterra para desenvolver seu pragmatismo humanista, seguindo James. Na França houve boa aceitação e concordância aos princípios pragmáticos por meio de Henri Bergson, Maurice Blondel, Émile Boutroux, Pierre Duhem, Henri Poincaré e Georges Sorel. Na Itália, em Florença, um grupo forte se formou e ficou conhecido depois da publicação, em 1903, da revista Leonardo, fundada por Giovanni Papini e Giuseppe Prezzolini. Além dessas referências, a filosofia de Dewey e Mead teve um grande impacto num ramo da filosofia alemã – a antropologia filosófica (NASCIMENTO, 2010).

No Brasil, pode-se encontrar algumas revistas de filosofia e a institucionalização de um Centro de Estudos de Pragmatismo estruturado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) que foi fundado em 1998 com o objetivo de conglomerar pesquisadores e estudantes interessados em pragmatismo clássico e contemporâneo. Também em 1998 foi organizado pelo Centro de Estudos de Pragmatismo o 1º Encontro sobre Pragmatismo realizado apenas com professores brasileiros. A partir desta data, estes encontros se tornaram anuais. No ano 2000, resultou em um Encontro Internacional sobre Pragmatismo, uma vez que o evento passou a contar com a presença de pesquisadores estrangeiros na área. Também em 2000 foi editada pela primeira vez a revista *Cognitio – Revista de Filosofia*, destinada a

publicar trabalhos na área e as contribuições advindas das palestras dos Encontros Internacionais, com seus dois volumes anuais e mais recentemente uma versão on-line.

Desta forma, apesar de ser variadas as concepções do pragmatismo entre seus três principais pensadores, também se encontra muitos aspectos em comum como a: oposição às filosofias especulativas, a superação da filosofia contemplativa pela racionalidade científica, a objeção ao ceticismo (a doutrina que afirma que não se pode obter nenhuma certeza absoluta sobre a verdade, resultando em questionamento e desconfiança contínua dos fatos e dogmas) e a formulação de uma nova concepção de verdade pois, o pragmatismo surge como uma alternativa ao dilema racionalismo e empirismo.

Por conseguinte, pode-se verificar críticas da concepção pragmática sobre os autores empiristas. Para Dewey, essa perspectiva deve atuar sobre problemas práticos da vida dos indivíduos e das comunidades humanas. Por outro lado, o empirismo tradicional dava ênfase ao conhecimento científico como sendo resultado da experiência humana e que qualquer conhecimento não obtido pela via da experiência está à margem da ciência. Nesse sentido, Hume afirmou que “...*todo poder criador da mente se reduz à simples faculdade de combinar, transpor, aumentar ou diminuir os materiais fornecidos pelos sentidos e pela experiência*”(grifo nosso) (Hume, 2005. p. 8).

Além disso, os pragmáticos também criticavam a dualidade e o antagonismo entre razão (de autores como René Descartes, 1596-1650; e Galileu Galilei, 1564-1642) e a experiência (de Bacon, Hume e Locke). Dewey (2010) procura romper com isso e reunir em um mesmo plano epistemológico esses dois elementos. Ele, ao invés de ver a dualidade, enxerga como uma continuidade entre duplos, entre díades, como homem e ambiente, natureza e sociedade, a arte a ciência. No capítulo primeiro – A criatura viva – ele expressa sua tese central de que toda criatura viva recebe e sofre a influência do meio, e a isso Dewey chamou de experiência, pois há uma continuidade entre os eventos e os fatos da vida cotidiana.

Portanto, filosoficamente se deve combater a dualidade (razão/experiência, idela/real, teoria/prática, indivíduo/sociedade), pois o conhecimento se dá na continuidade da experiência e não apenas em sua fragmentação. Considera Dewey que:

a aplicabilidade de alguma coisa ao mundo não significa a aplicabilidade àquilo que já é passado e findo, o que fica fora de questão pela natureza do caso; significa aplicabilidade ao que está ainda sucedendo, ao que ainda não está estabelecido no cenário mutável de que fazemos parte (Dewey, 1959, p. 373).

Portanto, nota-se a aplicabilidade do conhecimento à vida prática. O conhecimento se apresenta, para o pragmatismo, como uma atitude anti-intelectualista, ou seja, nega qualquer tipo de razão transcendental, racionalismo ou idealismo. Ele é um empirismo reformado, mas

não preso às emoções, experimentações e fatos observáveis e as leis científicas a partir deles formuladas. Deste modo, o pragmatismo retira o conhecimento do plano metafísico e o coloca nas mãos dos indivíduos, vinculando-o ao plano pragmático, útil à vida (SOUZA, 2010).

Com essa perspectiva James enfatiza a postura pragmática:

O pragmatismo volta as costas resolutamente e de uma vez por todas a uma série de hábitos inveterados, caros aos filósofos profissionais. Afasta-se da abstração e da insuficiência, das soluções verbais, das más razões *a priori*, dos princípios firmados, dos sistemas fechados, com pretensão ao absoluto e às origens (JAMES, 1985, p. 18).

Portanto, o pragmatismo de James aproxima-se para o concreto e o adequado, para os fatos, a ação e o poder. “*O que significa o reinado do temperamento empírico e o descrédito sem rebuços do temperamento racionalista*” (JAMES, 1974, p. 12). O autor defende que o pragmatismo não tem dogmas ou doutrina, mas sim um **método** permeado de diversas teorias. Metaforicamente, em um corredor de hotel há inúmeros quartos que dão para ele. Em um, pode-se encontrar um homem escrevendo um volume ateístico; no outro alguém de joelhos orando e rogando misericórdia a sua divindade; em um terceiro, um químico investigando as propriedades de um corpo; em um quarto um sistema de metafísica idealística está sendo exorcisado e em um quinto a impossibilidade da metafísica está sendo demonstrada. Todos, porém, abrem para o corredor, e todos devem passar pelo mesmo se quiserem ter um meio prático de entrar e sair de seus respectivos aposentos. Portanto, o corredor é o método pragmático que significada uma “*atitude de olhar além das primeiras coisas, dos princípios, das 'categorias', das supostas necessidades; e de procurar pelas últimas coisas, frutos, consequências, fatos*” (JAMES, 1974, p. 13).

O pragmatismo é uma filosofia voltada para ação, ou seja, a doutrinação de que as ideias são instrumentos da ação e estão convergidos para produção de efeitos práticos. Meneghetti (2006, p.01) comenta que a verdade para o pragmático é só aquilo que se concretiza como ação, portanto, “*faz-se uma oposição ao intelectualismo e, mais do que isso, uma redução do mesmo às instâncias das atitudes utilitárias e de ações concretas*”.

Foi William James que chamou o pragmatismo de “empirismo reformado” e de “melhorismo”, pois a filosofia pragmatista é um meio de ajustar, corrigir e melhorar as coisas segundo os interesses pessoais e comunitários dos grupos. Para John Dewey, filósofo e educador, o pragmatismo nasce com o propósito de retificar o atraso da filosofia em relação ao mundo moderno. Assim, ele focaliza o pensar no momento presente e atual. Afirma Dewey:

Uma filosofia ajustada ao presente deve tratar daqueles problemas que resultam de mudanças que se processam num setor humano-geográfico em escala cada vez mais ampla e com poder de rapidez e de penetração cada vez mais intenso... (DEWEY, 1958, p. 3)

Assim, além do foco no presente a filosofia pragmatista deve ser construída sobre um viés utilitário e pragmático que até o momento permaneceu distante do universo do conhecimento. O conhecimento que era visto distante de uma significação útil e justificado por uma lógica racionalista e dogmática deveria, então, se aproximar da experiência (prática) cotidiana.

Para James (1974), a verdade está no meio do caminho entre a teoria e os fatos, ela deve atender aos nossos propósitos e funcionar na prática, o que a torna mutável. Esse conceito do pragmatismo de James leva o mesmo para além do método para se alcançar a verdade. Essas ideias influenciaram o pensamento de John Dewey (1980) para quem o pragmatismo surge para reparar os anos de atraso da filosofia em relação ao mundo moderno. As ideias de Dewey apontam o pragmatismo, em seu plano epistemológico, como um método para solução de problemas práticos do cotidiano dos indivíduos e comunidades. A fim de romper com o empirismo que ignorava a razão, Dewey reúne em um mesmo plano epistemológico razão e experiência.

Para os pragmáticos, o conhecimento deve ser pensado de forma útil, na experiência, justificado por uma lógica racionalista. O pensamento reflexivo é que vai estabelecer as relações que ligam o objeto, ou seja, é a aplicabilidade do conhecimento à vida prática. Dewey afasta o conhecimento do plano metafísico ao afirmar que as ideias e os valores são originados nas circunstâncias práticas, nas experiências da vida cotidiana quando o ser humano experimenta a realidade e busca resolver seus problemas, empreendendo à filosofia um conceito experimental a partir de um princípio de continuidade.

Portanto, os princípios do pragmatismo vêm se tornando um modelo de enxergar a sociedade e a ciência administrativa. Seus pressupostos têm influenciado sobremaneira a formação do Administrador, pois representa um olhar mais unidimensional, voltado à prática, ou seja, voltado ao mercado e em seus aspectos mercadológicos. Deste modo, a seguir, procurar-se-á (re)pensar epistemologicamente sobre o objeto de estudo da Administração.

Administração

A administração é enquadrada como uma ciência social aplicada. É social por estar relacionada ao estudo de grupos humanos e aplicada por estar fundamentada em um conjunto de normas e funções que objetivam disciplinar elementos da produção. Produção nesse contexto é entendida em sentido amplo como sendo o resultado criado por uma organização, podendo ser bens, serviços ou mesmo a manutenção social como no caso da Administração Pública.

A ciência administrativa nasceu no início do século XX empurrada pelo crescimento econômico promovido pela revolução industrial. Essa, por sua vez, deveu-se à invenção da máquina a vapor por Watt (HOBSBAWM, 2000) e ao crescimento da indústria têxtil. Ao passo que para as indústrias crescerem foi necessário resolver problemas decorrentes do crescimento, como a necessidade de sinergia e controle entre os operários. Esse processo não ocorre no modo de produção artesanal, pois nessa a produção é de baixa escala e não há necessidade de muitas pessoas para executar o trabalho nem tampouco estrutura material complexa. Em uma unidade de produção artesanal o processo é de domínio do artesão que centraliza as operações principais dependendo, eventualmente, apenas de ajudantes que com o tempo podem aprender a técnica e tornarem-se também artesãos. Segundo Burns et al (1999) a Revolução Industrial surgiu como uma bola de neve em aceleração crescente e alcançou todo seu ímpeto a partir do século XIX. Segundo o autor, a 1ª Revolução Industrial passou por quatro fases distintas: 1ª fase: Mecanização da indústria e da agricultura, 2ª fase: A aplicação da força motriz à indústria. 3ª fase: O desenvolvimento do sistema fabril e 4ª fase: Um espetacular aceleração dos transportes e das comunicações. O autor argumenta ainda que o nascimento das empresas modernas foi possibilitado por diversos fatores, entre eles a ruptura das estruturas corporativas da Idade Média, o avanço tecnológico e a aplicação dos progressos científicos à produção, à descoberta de novas formas de energia e a enorme ampliação de mercados e à substituição do tipo artesanal por um tipo industrial de produção.

O aparecimento das fábricas e conseqüente substituição do artesão pelo operário especializado não causou impacto apenas nas organizações, mas no modo de vida da época com aumento das populações urbanas, nascimento de sindicatos e associações de proletariados (BURNS et al, 1999; HOBSBAWM, 2000). Esse processo iniciado na Inglaterra nas últimas décadas do século XVIII foi potencializado pelas condições favoráveis daquele país (HOBSBAWM, 2000), mas não tardou a alastrar-se por outros países da Europa e América do Norte.

O nascimento da Administração, portanto, ocorre em meio a uma grande transformação social. De fato, ela foi originada por essas transformações e serviu como um potencial catalizador para essas mesmas transformações. Ainda, a Administração surge como uma ferramenta prática para resolução de problemas práticos. Nesse contexto, entende-se a sua ligação ao pensamento pragmático dominante em muitas áreas da Administração. Embora as soluções oferecidas pelo **pragmatismo** não seja consenso, está em alinhamento à identidade da Administração, se considerarmos a existência desta identidade.

No início do século passado o problemas dos engenheiros administradores era produzir mais, sem desperdício de recursos e com economia de matéria prima. Coisas bem palpáveis.

Questões **subjetivas** ou **idealistas** não faziam parte do mundo da Administração. Contudo, mesmo quando fatores subjetivos foram incorporados ao pensamento administrativo com o surgimento da escola das Relações Humanas, os problemas organizacionais continuavam a ser práticos. Em outras palavras, a função da Administração continuava clara: produzir. Embora no final da segunda década do século XX autores como Elton Mayo (1949) tenham se interessado por descobertas acerca de dimensões subjetivas e tenham inaugurado um novo campo de estudos em Administração, o problema organizacional continuou sendo prático. As descobertas realizadas puderam auxiliar administradores a entender em que condições os operários poderiam produzir mais (STOGDILL, 1948).

Os estudos de vieses mais subjetivistas iniciados em meados da década de 1930 só ganharam destaque após o final da Segunda Guerra Mundial no final da década de 1940. Não obstante tenha recebido críticas quanto aos resultados e ao método, Mayo (1949) e seus colegas chamaram a atenção para o fato que existe uma dimensão oculta nas organizações e que essa dimensão afeta a dimensão visível. Abriu-se, de certa forma, um caminho para pesquisadores com **viés subjetivista** e mais tarde **interpretativistas** no campo de pesquisa organizacional.

Enquanto a Administração como prática mantinha sua faceta pragmática, Herbert Simon (1958) fez interessantes descobertas acerca de processos de decisão. O autor chamou atenção para o fato de que um decisor possui uma capacidade limitada para perceber a realidade. Nesse sentido, não consegue analisar todas as alternativas possíveis na solução de um problema. Nem mesmo o problema em sua totalidade. Essa perspectiva possibilitou que pesquisadores interpretativistas pudessem ampliar teorias acerca da dinâmica organizacional, com, por exemplo, estudos sobre estratégia.

A estratégia organizacional teve suas primeiras obras em meados da década de 1960 mas popularizou-se de fato na década de 1980 principalmente pelos trabalhos de economistas como Porter (1980). A visão inicial de estratégia organizacional no contexto dos economistas clássicos trazia consigo um **viés determinista** e uma **visão objetiva** da realidade. Fatores criticados posteriormente por autores ligados às bases sociológicas da Administração imprimiram uma ampliação no escopo de estudo e pesquisa. Assim, a visualização **subjetiva** e **interpretativistas** do fenômeno organizacional recentemente tem encontrado ressonância na produção científica do campo.

Cabe destacar que o campo organizacional foi desde o início (e ainda o é) povoado pelas mais diversas visões epistemológicas. Muito disso em função da presença de pesquisadores de outras áreas de conhecimento como engenheiros, sociólogos, psicólogos, matemáticos, economistas etc. Ainda, paralelamente à questão temporal está a questão

espacial, pois enquanto na década de 1950 se desenvolviam resgates dos estudos clássicos pela retomada parcial dos conceitos de Taylor e Fayol, Deming (1990) popularizava no Japão o uso da estatística para resolução de problemas industriais plantando a semente daquilo que seria chamando futuramente de Qualidade Total e se popularizaria por grande parte do mundo industrial. No Brasil, nesse período a Administração estava ainda iniciando sua popularização (VIZEU, 2010). Embora tenha havido a existência de empresas antes da década de 1930 foi só a partir dessa década que o Brasil iniciou efetivamente seu período de expansão industrial com impulso maior na década de 1950 (PEREIRA, 1974).

A diversidade epistemológica do campo da Administração talvez seja fruto da própria formação desse campo de conhecimento. Fato é que a consistência epistemológica é algumas vezes fragilizada por pesquisadores menos atentos. Do ponto de vista teórico essas fragilidades são apontadas na própria academia pelos pares, do ponto de vista prático parece não chegar a afetar a prática da Administração nas organizações, exceto por um detalhe: a dicotomia percebida entre teoria e prática, principalmente relacionada ao ensino de Administração.

Epistemologia da Administração

Assim, para (re)pensar a ciência é possível encontrar um campo profícuo, que é o da Epistemologia, ou seja, a forma e os meios da construção do conhecimento, da formatação das ideias, da categorização das informações. O (re)pensar da Administração é elaborado na epistemologia da administração.

A Ciência da Administração está recebendo impactos contínuos do pensar epistemológico. Nota-se o crescimento e ampliação da disciplina de Epistemologia da Administração no Brasil, nos últimos anos, que originalmente, foi lançada na França e no Quebec no início dos anos de 1980. O termo epistemologia, de origem grega, do ponto de vista etimológico, quer dizer: episteme (ciência) + logos (discurso/saber); desta forma, teríamos discurso científico ou saber científico e teríamos na epistemologia a especulação crítica e reflexiva dos enunciados que se pretendem verdadeiros.

Assim, Serva (2011) comenta que os principais fatores que ampliaram o interesse pela Epistemologia da Administração, são as críticas dirigidas ao predomínio das abordagens de cunho funcionalista, e a conseqüente busca de novas abordagens de análise do fenômeno organizacional e, sobretudo, a exigência de maior qualidade científica no campo da administração, resultando na intensificação do debate epistemológico nessa área.

Na Administração, especificamente, autores brasileiros tais como Guerreiro Ramos, em 1981, e Anna Maria Campos, em 1993, já haviam elaborado questionamentos epistemológicos explícitos à teoria da administração, visando o seu aperfeiçoamento. Na área do ensino, desde 2001 a disciplina de epistemologia da administração se tornou obrigatória em cursos de mestrado e de doutorado, primeiramente na UFPR, em seguida na PUC-PR e na UFSC. Nesta última universidade, lançou-se em 2009 um projeto intitulado: Oficina de Epistemologia, um espaço de reflexão, discussão e produção científica dinamizado, com doutorandos egressos da referida disciplina e professores interessados. Assim, em 2011 foi realizado o I Colóquio de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração com cerca de 120 pesquisadores.

Nesse contexto, um questionamento se faz: o que é a Administração? Qual o seu objeto de estudo? Não há um consenso entre os pesquisadores sobre o objeto de investigação no campo da Administração, se a gestão ou a organização ou ainda o ato administrativo, ou seja, a tomada de decisão. O Administrador, de modo amplamente legitimado na academia, recebe uma formação generalista.

Logo, França Filho (2004) afirma que cabe à Administração articular os diversos saberes envolvidos sob sua órbita, que possui uma característica intrinsecamente interdisciplinar. Segundo o autor, cabe ainda à Administração um papel de forte aplicabilidade dos conhecimentos produzidos por outras disciplinas para subsidiar sua atividade. Algo parecido acontece com a medicina (que se apropria de conhecimentos produzidos pelas diversas disciplinas da chamada ciência da saúde) e com a engenharia (que se apropria do conhecimento produzido pelas ciências exatas). Logo, caberia à Administração o mesmo papel em relação às ciências humanas. Ela deve dialogar com diversos outros conhecimentos para o exercício pleno de suas atribuições seja no campo profissional ou acadêmico. Dialogar com a psicologia (que busca esclarecer o comportamento humano no trabalho), com a sociologia (com foco na dinâmica de poder e conflitos na organização que intitulamos como microsociedade), com a antropologia (para deslindar o universo simbólico e cultural da organização) e com a economia (para esclarecer a dinâmica das relações de trocas econômicas). Além disso, com a matemática e estatística (a fim de facilitar o entendimento de aspectos macrosociais) podemos representar essa abrangência, a seguir.

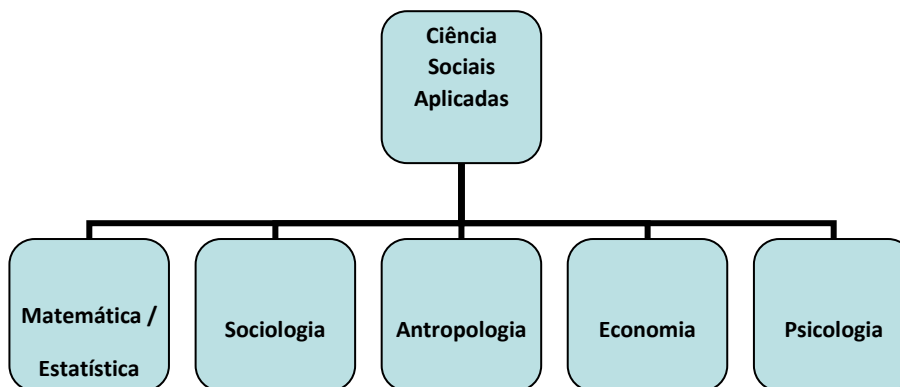


Figura 01: Áreas de Trânsito da Ciência Administrativa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A epistemologia da Administração pode ser dividida em três grandes áreas e ideias produzidas na área, conforme França Filho (2004) a saber: a primeira seria as técnicas gerenciais, o segundo campo seria as áreas funcionais de uma empresa e a terceira, é a área da teoria das organizações. A seguir comentar-se-á mais sobre cada uma dessas três vertentes.

A primeira vertente é o das técnicas gerenciais (**gestão**), que se referem “*ao conjunto de ideias voltadas ao auxílio do trabalho do gerente, num sentido muito prático e aplicado.*” (FRANÇA FILHO, 2004, p.122). Elaboradas sob a forma de modelos gerenciais estas metodologias gerenciais incorporam ideias sobre gestão e possuem a pretensão de uma validade geral, podendo ser aplicada para instituições públicas, entidades não – governamentais e organizações em geral. O autor faz um questionamento bastante oportuno se tais modelos, que destacam a eficácia e a eficiência administrativa, realmente poderiam ser considerados universais, lembrando que o foco neste caso é a racionalidade e o objetivo que se pretende atingir a partir de uma visão utilitarista.

A segunda vertente do conhecimento é o das áreas funcionais (**gestão**), que tem sua origem na noção de divisão do trabalho proposta por Fayol por meio das funções básicas da empresa. Com isso temos, várias especializações da prática administrativa em marketing, finanças, logística, gestão de produção, gestão de talentos, entre outras que encerram na visão de muitos na perspectiva de que o profissional necessariamente precisa se especializar em uma delas.

A última vertente é o **da teoria das organizações (TO) ou dos estudos organizacionais (EO)**. Este campo, por sua vez, muda o foco da gestão para a organização como unidade de análise e compreensão. Os fundamentos da TO estão pautados no estudo do comportamento organizacional e de grupos intra-organizacionais. Aqui, a organização se configura como um elemento essencial e que deveria ser estudado com dedicação.

A figura 02, a seguir, procura apresentar e explicar a identidade da administração. Assim, procuramos, além de sintetizar o modelo de França Filho (2004), ampliar o seu escopo de explicação e compreensão.

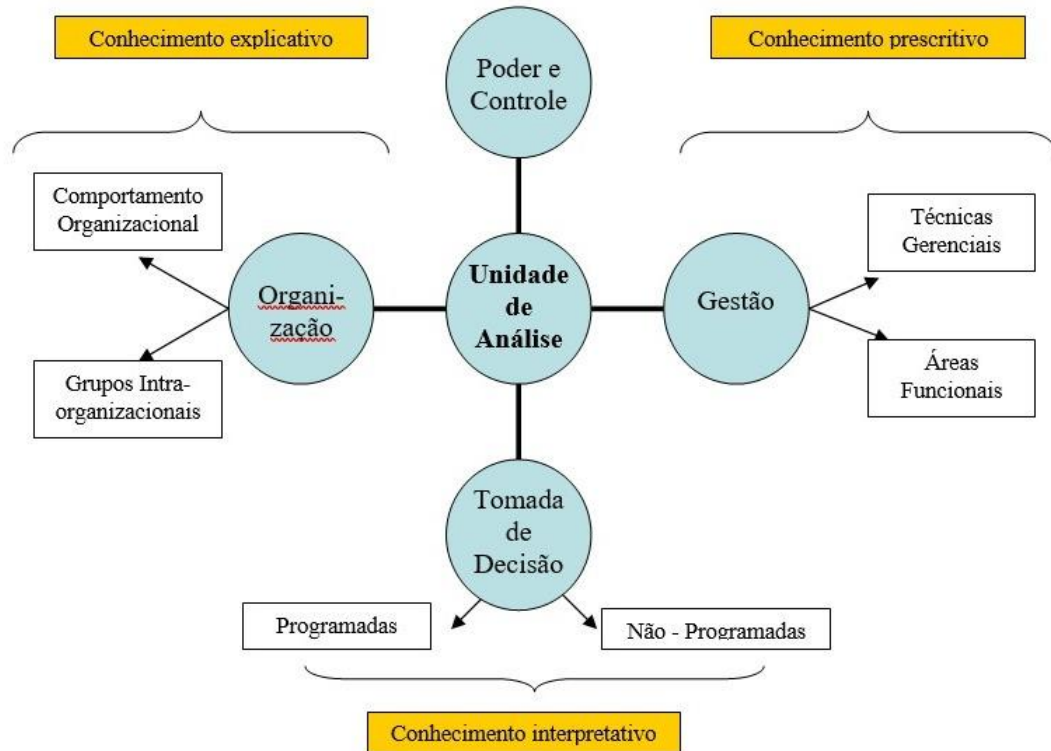


Figura 02: A Identidade da Administração

Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com Vital e Karam:

boa parte da pesquisa social empírica, principalmente no campo da gestão organizacional, está intimamente ligada ao pragmatismo, ao sucesso de mercado. Os seus métodos e técnicas estão moldados de acordo como o determinismo de mercado (VITAL; KARAM, 2012, p. 4).

Os autores corroboram com a noção de que o campo da Administração e a formação dos novos administradores pelas instituições de ensino estão fortemente voltados à percepção do mercado, à prática, ao utilitário, à ação estando associado a lógica do capital: aproximação da técnica com a necessidade do mercado. Portanto, a ciência da administração se aproxima bastante dos valores epistemológicos da escola pragmatista; principalmente da vertente do gerencialismo, tendo a gestão como objeto de estudo.

É na primeira vertente, no gerencialismo que a Administração denuncia seu carácter ideológico: com exemplo, voltado a produtividade a partir da Revolução Industrial. Na burocracia há um tipo de dominação, na eficiência organizacional objetiva-se um maior resultado para os detentores do capital. Ou seja, metodologias gerenciais que nascem

predestinadas a garantir uma produtividade nas organizações sofrendo, portanto, uma vocação para harmonizar as relações entre capital e trabalho (PAES DE PAULA, 2002).

Assim, Guerreiro Ramos (1989), foi enfático ao dizer que “*a ciência social e administrativa nada mais é do que uma ideologia legitimadora da sociedade centrada no mercado*”. Por detrás do discurso da teoria das organizações, dominante nos debates acadêmicos e disseminado em *business schools*, há uma preocupação explícita com a conservação da **dominação e do poder (poder e controle)** de um grupo específico sobre outro (VITAL; KARAM, 2012).

A ênfase ao mercado é facilmente percebida nos discursos da mídia sobre diversos temas, conforme Abreu e Mello (s.d.), como por exemplo, emprego (as pessoas devem buscar se qualificar para ingressar no mercado, o problema do desemprego é causado pela falta de qualificação); educação (toda formação deve ser direcionada para as necessidades mercadológicas, caso contrário não haverá sentido em sua formação); política (os governos de todas as esferas vivenciam verdadeira guerras fiscais para buscar empresas, o que é sinônimo de desenvolvimento), entre tantos outros exemplos. A vida social, o desenvolvimento social é confundido por crescimento econômico. A única dimensão que prevalece é a do mercado (unidimensionalidade).

Ainda segundo os autores, a própria formação do Administrador muitas vezes ignora o caráter interdisciplinar deste profissional e segue as orientações do mercado. E é comum que esta formação, que também, em alguns casos, é oferecida em instituições de baixa qualidade, se baseie em premissas puramente mercadológicas, resultando em baixa preocupação com o conteúdo que Administrador recebe em sua graduação.

Um autor que apresenta uma alternativa teórica interessante à lógica unidimensional que permeia a sociedade é Alberto Guerreiro Ramos. Este pesquisador brasileiro apresenta o conceito de paraeconomia para contrapor a atual delimitação organizacional e social existente. Guerreiro Ramos (1989) propõe “*uma abordagem de análise e planejamento de sistemas sociais em que as economias são consideradas apenas como uma parte do conjunto da tessitura social.*” (p.177). Essa proposta foi denominada Paraeconomia. Deste modo, ele acredita que se pode iniciar um novo paradigma alternativo para a sociedade voltada a lógica unidimensional do mercado, para uma sociedade multicêntrica onde o Administrador passa ser um agente social (Administrador Social).

O Ensino da Administração no Brasil

Décadas após a implantação dos primeiros cursos de Administração no Brasil ainda há

críticas em relação ao curso. Entre as críticas mais recorrentes encontra-se a questão do currículo do curso (NICOLINI,2000; SKORA, MENDES,2001; FISCHER, 2003). Embora pesquisadores também apontem essa questão, a relação entre teoria e prática parece ser mais uma preocupação de organizações e alunos. Não raro vê-se discursos enfatizando importância da prática na formação do administrador.

No Brasil o ensino de cursos superiores é organizado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Essa instituição normatiza e fiscaliza as Instituições de Ensino Superior. Cabe ao MEC zelar pelos padrões mínimos de qualidade e pelo cumprimento das normas e critérios por ele estabelecidos. O aumento da oferta de cursos de Administração nos últimos quinze anos trouxe transformações significativas ao setor e motivou uma atuação mais intensa do MEC junto às IES.

As IES e os cursos de Administração são controlados de duas maneiras: uma por meio da análise do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e outra Exames Nacionais de Desempenho de Estudantes (ENADE). Todo curso de bacharelado antes de funcionar precisa apresentar um PPC que respeite as normas estabelecidas pelo MEC, sendo que de outra forma o curso não é autorizado nem reconhecido. Não pode, portanto, funcionar de outra forma. O ENADE monitora a eficácia do PPC na perspectiva dos alunos.

Quando se observa a evolução dos Exames Nacionais de Desempenho de Estudantes (ENADE)⁵ vê-se claramente que em termos de distribuição cobra-se do aluno conhecimentos referentes às bases da Administração: Pessoas, Finanças, Mercados e Produção. Observa-se também que nas duas últimas avaliações ampliou-se a presença de questões de formação geral.

O MEC estabelece também Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que devem ser observadas em qualquer curso de bacharelado em Administração. As DCN's preconizam em grande monta uma formação prática, mas também a formação voltada à

[...] aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador. (BRASIL, 2005)

Esta implícita, portanto, a noção de que a compreensão técnica deve estar associada à compreensão científica social e econômica da ação do administrador. Contudo, no meio educacional pode-se observar pressões, sobretudo do mundo dos negócios, para priorização da formação técnica.

⁵ Ver apêndice

Pode-se dizer que tanto a proposta histórica da Administração, com aquilo que é determinado pelo órgão regulador e pedido pelo mercado estão alinhados: formação técnica voltada à prática. O **pragmatismo** é, portanto, o componente principal da Administração e lógicas diferentes das pragmáticas tendem a não se perpetuar.

É interessante notar que enquanto por um lado discursos sobre responsabilidade social, preservação ambiental, sustentabilidade e ética ganham facilmente espaço nos discursos das organizações, por outro lado essas mesmas organizações pedem profissionais mais voltados à prática. Especificamente sobre sustentabilidade que é tema recente nos discursos organizacionais Vizeu et al (2012) descrevem como “um discurso necessário e útil na medida em que legitima as práticas das empresas e dos ‘intelectuais’ que servem aos interesses das elites econômicas vinculadas ao sistema de capital”.

Continuando, a seguir, na proposta de relatar a linha epistemológica pragmatista, sua influência sobre a construção do conhecimento (epistemologia da administração) da Ciência da Administração, comentar-se-á sobre um método de trabalho e ensino na academia brasileira e comum à formação do profissional de administração: o método do caso ou caso para ensino.

Caso para Ensino

Deste modo, o método do caso é uma ferramenta que tem a proposta de ensino-aprendizagem com fins pragmáticos Tanto Dewey, quanto James abordam a sobre a noção de experiência e problema. A resolução de problemas práticos e contemporâneos ao contexto atual recebe maior notoriedade. E foi nesse ambiente que, de modo prático e utilitário, surgiu nos Estados Unidos, na *Harvard Business School*, na década de 1920 o método educativo intitulado método do caso ou caso para ensino. Seu uso está consolidado em várias universidades na América do Norte e Europa e mais recentemente se difundiu na Ásia e no Brasil, incluindo o campo da administração. Entretanto, no Brasil, é pouco usado, pois seu uso nas escolas de administração tem apenas três décadas. Mas este método de ensino-aprendizagem está se fortalecendo, fundamentalmente, devido a expansão dos mestrados profissionais e MBAs na área de gestão. Aliado a isso, existe uma dificuldade em encontrar casos nacionais disponíveis devido a baixa produção própria de casos para ensino dos professores e alunos da academia brasileira.

O uso desse método, como estratégia educacional, tem o propósito de desenvolver algumas habilidades específicas nos estudantes, como as analíticas, de decisão e trabalho em equipe. Também está relacionado ao estímulo da inovação, da participação ativa, ao feedback e da transferência de aprendizagem. Além disso, conforme Ikeda et al (2005) ele conduz os

estudantes a refletirem sobre situações e momentos apresentados no caso, podendo envolver a tomada de decisão sobre o episódio estudado; sendo o objetivo da técnica, basicamente, apresentar um problema aos alunos e fazer com que eles analisem e reflitam sobre o assunto. Logo, é um processo de ensinar com casos. Na mesma direção, Roesch (2005; 2007) afirma que os principais objetivos de um caso para ensino são os seguintes: a) desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes consideradas chaves para o sucesso gerencial; b) familiarizar os estudantes com as organizações e seu ambiente; c) ilustrar aulas expositivas.

Uma outra característica no meio acadêmico, é normal que o método do caso seja confundido com o termo "estudo de caso". Contudo, esses conceitos são distintos. Assim, o estudo do caso é uma técnica de pesquisa qualitativa, que volta as atenções do pesquisador para o diagnóstico de um "caso" e pode ter um cunho epistemológico diversificado e diferente do pragmatismo. Por outro lado, o método do caso apresenta finalidades pedagógicas e serve, sobretudo, para ilustrar conceitos e desenvolver habilidades nos estudantes para entrarem em ação, em prática, por meio da tomada de decisão, podendo inclusive ser elaborado a partir de um estudo de caso. Portanto, a grosso modo, enquanto o estudo de caso refere-se à pesquisa científica, o método do caso refere-se ao ensino de técnicas e gestão em suas diversas áreas funcionais (marketing, finanças, operações, pessoas e etc).

Portanto, o pragmatismo pode ser situado na maneira de como o conhecimento, o saber racional, está relacionado com a ação humana, com a conduta humana, atribuindo-lhe uma finalidade prática. Logo, há uma forte aproximação entre esse método de ensino e os princípios do pragmatismo, pois há forte ênfase na resolução de problemas por meio de técnicas e metodologias gerenciais (gerencialismo), ou seja, exige a aplicação de um conhecimento prescritivo, de modo geral.

Considerações Finais

O objetivo desse *paper* foi demonstrar a influência da escola filosófica pragmática sobre a formação do Administrador. Para tanto, procurou-se (re)pensar sobre a Ciência da Administração, a Epistemologia da Administração, sua identidade e uma ferramenta de ensino, o método do caso.

Desta forma, foi possível identificar uma forte influência do pragmatismo sobre o campo de atuação do administrador pois o mesmo tem atuado em uma perspectiva unidimensional: a do mercado, negligenciando outras áreas que representam uma maior interdisciplinariedade – dentro das Ciências Humanas - como a de Teoria das Organizações (ressalta-se que a Teoria das Organizações não é o mesmo que a TGA - Teoria Geral da

Administração). Essa influência pragmatista permeia a profissão, desde a sua origem até os dias atuais. E o método do caso é uma evidência dessa afirmação que ainda está em expansão no país, como exemplo a recém-criada Casoteca, pela Escola Nacional de Administração Pública, e a Revista da FGV Casos.

Além disso, nas seções anteriores contextualizou-se a epistemologia da Administração e sua repercussão na formação de administradores. Parece coerente dizer que as críticas à Administração não se referem ao seu funcionamento, mas ao resultado que ela produz na sociedade. Do ponto de vista técnico ela tem cumprido a missão para a qual foi criada: resolver problemas organizacionais práticos, produzir mais, com menos custo, com mais lucro e de forma controlada e previsível. A formação de administradores, em nível de graduação, também parece estar alinhada à identidade administrativa: formação em grande parte tecnicista voltada às bases industriais.

O excesso de produção e consumo tem preocupado alguns pensadores, mas não administradores, pois a principal função da administração é produzir e para tanto é necessário haver consumidores. Enquanto Descartes marcou a época com o famoso “penso, logo existo”, nota-se que na atual conjuntura há um imperialismo do “compro, logo existo”, pois as instituições governamentais e não governamentais, assim como a mídia, atentam para uma série de indicadores que são reflexos de números e de consumo, com Produto Nacional Bruto (PNB), Produto Interno Bruto (PIB), market-share e tantos outros. Portanto, se anteriormente vivíamos em um mundo teocentrista (centrada em deus), na idade média, que na idade moderna se tornou antropocentrista (centrada no homem), atualmente nos configuramos em uma sociedade “moneycentrista” (centrada no dinheiro) (MICHELLON, 2006).

Assim, parte das considerações finais desse trabalho não se dão em forma de conclusões ou corroborações, mas em formas de questões não respondidas: Por quê? Para quê?

Por que promover a produção de bens como se a disposição de recursos fosse infinita? Para que formar administradores bons tecnicamente, mas carentes nos aspectos humano, ético e crítico? Qual a razão de se colocar pessoas, recursos e processos sob uma curva normal (estatisticamente) e cuidar para que se tenha assegurado seus 95% de segurança e controle ($p < 0,05$) quando é o descontrole, a insegurança e o inesperado que se muitas vezes se apresentam às pessoas e organizações?

Talvez a Administração tenha nos proporcionado vidas com mais bens, mas não proporcionou pessoas melhores? O ensino, antes ferramenta de libertação, tornou-se ferramenta de aprisionamento de mentes e reprodução de *status quo*, pois, conforme afirma Tragtemberg (2004) “o conflito entre o técnico e o humanístico acaba com o compromisso, a

universidade brasileira prepara-se para ser uma “multiversidade”, isto é, ensina tudo aquilo que o aluno possa pagar”.

Referências

- ABREU, J. C. A.; MELO, D. R. A. Reflexões ontológicas e epistemológicas para formação de gestores sociais: Economia versus Paraeconomia. SEGet – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. **Anais...**, s/d.
- ALVES, R. **Filosofia da Ciência**. 12 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
Brasil. Ministério da Educação e Cultura. MEC - Conselho Nacional de Educação. **Resolução** Nº 4, 2005
- BURNS, E. M. et all - **História da Civilização Ocidental**, Vol. 1 e 2, Ed. Globo, 39ª Edição, São Paulo, 1999.
- DEMING W. Edwards, **Qualidade: A Revolução da Administração**. São Paulo, Marques Saraiva, 1990.
- DESCARTES, Rene **Discurso do Método**. São Paulo (SP): Martins Fontes, 1996.
- DEWEY, J. **Experiência e Natureza**. Coleção Os Pensadores. Abril Cultural. São Paulo, 1980.
- DEWEY, J. **Arte como Experiência**. Trad. Vera Ribeiro. Martins Fontes, 2010.
- DEWEY, J. **A Filosofia em Reconstrução**. Trad. E. M. Rocha. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- DEWEY, J. **Democracia e Educação**. Trad. G. Rangel e A. Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- FAYOL, Henri. **Administração Industrial**. 10ª ed. São Paulo. Atlas, 1994.
- FISCHER, Tânia. Alice através do espelho ou Macunaíma em Campus Papagalli? Mapeando Rotas de Ensino dos Estudos Organizacionais no Brasil. **Revista Organizações e Sociedade**.v10.n.28 ago/dez,2003.Salvador.Bahia
- FRANÇA FILHO, G. C. Para um olhar epistemológico da administração: problematizando o seu objeto. In: SANTOS, R. S. (org.), **A administração política como campo do conhecimento**, Salvador: Mandacaru, 2004.
- GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- HESSEN, Johannes, **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HOBSBAWM, Eric J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

- HUME, D. **Investigação Acerca do Entendimento Humano**. Trad. Anoar Aiex. São Paulo: Acrópolis, 2005.
- IKEDA, A. A.; VELUDO-DE-OLIVEIRA, T. M.; CAMPONAR, M. C. A Tipologia do Método do Caso em Administração: usos e aplicações. **Organizações e Sociedade**, v. 12, n. 34, jul./set. 2005.
- JAMES, W. **Ensaio de Empirismo Radical**. Trad. P. R. Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- JAMES, W. **Pragmatismo – Textos Selecionados**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- JAMES, W. **Pragmatismo e outros textos**. 2ª edição. Trad. Jorge Caetano da Silva e Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- LOCKE, John. **Ensaio Acerca do Entendimento Humano**. São Paulo. Nova Cultural, 1999.
- MAYO, E. **The Social Problems of an Industrial Civilization**. Routledge & Kegan Paul, 1949
- MENEGHETTI, F. K. **Pragmatismo e os Pragmáticos nos Estudos Organizacionais. IV ENEO (Encontro de Estudos Organizacionais) Anais... Porto Alegre. Jun./2006**.
- NASCIMENTO, E. M. M. A Apropriação do Pragmatismo Deweyano por Rorty: uma análise crítico-avaliativa. **Revista Redescrições – Revista on line do GT de Pragmatismo e Filosofia Norte-Americana**, v. 1, n. 4, 2010.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Empresários e administradores no Brasil**. São Paulo: brasiliense, 1974.
- PORTER, M. E. **Competitive strategy**. New York: Free Press, 1980.
- MARCH, J. G.; SIMON, H. A. **Organizations**. New York: Wiley, 1958.
- MICHELLON, E. **O dinheiro e a natureza humana: como chegamos aos moneycentrismo**. Rio de Janeiro: MK Editora, 2006.
- NICOLINI, Alexandre Mendes. A Graduação em Administração no Brasil: uma análise das políticas públicas. 2000. **Dissertação** (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- PAES DE PAULA, A. P. Tragtenberg revisitado: as inexoráveis harmonias administrativas e a burocracia flexível. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36 (1): 127-44, Jan./Fev. 2002.
- ROESCH, S. M. A. Casos de Ensino em Administração. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 2, abr./jun.. 2007: 213-234.
- ROESCH, S. M. A. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração**. 3 Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SERVA, M. Editorial. **I Colóquio de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração.** 2011.

SKORA, Cláudio Marlus; MENDES. Dayse. As coisas novas: porque TGA parou no tempo. In: **Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração**, 25., 2001, Campinas. Anais

STOGDILL, Ralph M., **Personal Factors Associated with Leadership**: Survey of the literature, *Journal of Applied Psychology*, vol. 25, jan. 1948, p. 35-71.

SOUZA, R. A. A Filosofia de John Dewey e a Epistemologia Pragmatista. **Revista on line do GT de Pragmatismo e Filosofia Norte-americana.** v. 2, n. 1, 2010.

TAYLOR, Frederick. **Princípios da Administração Científica.** 7ª ed. São Paulo, Atlas. 1970.

TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre Educação, Política e Sindicalismo.** 3ª ed. São Paulo: Unesp, 2004.

VITAL, J.; KARAM, C. A. Bases epistemológicas da avaliação dos cursos de administração no Brasil. II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. **Anais...** Florianópolis. Mar./2012.

VIZEU, Fabio. **(Re)contando a velha história**: reflexões sobre a gênese do *Management*. *Rev. adm. contemp.* [online]. 2010, vol.14, n.5, pp. 780-797. ISSN 1982-7849.

VIZEU, F., MENEGHETTI, F.K., SEIFERT, R.E. Por uma Crítica ao Conceito de Sustentabilidade nos Estudos Organizacionais. **Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD.** Curitiba. 2012

VIZEU, Fabio. (2008). *Management no Brasil em perspectiva histórica: o projeto do IDORT nas décadas de 1930 e 1940.* Tese de doutorado, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brasil.

Submetido em: 24.02.2023

Aceito em: 23.03.2023